

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO Nº , DE 2015
(Do Senhor Lobbe Neto)

Requer a aprovação de Moção de Apoio ao não contingenciamento do Orçamento da Educação 2015, por parte dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Educação.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 117, *caput*, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que ouvido o Plenário, seja aprovada Moção de Apoio ao não contingenciamento do Orçamento do Ministério da Educação 2015 e que seja encaminhada aos Senhores Nelson Barbosa – Ministro de Planejamento, Orçamento e Gestão e Renato Janine Ribeiro – Ministro de Educação.

JUSTIFICATIVA

Solicitamos ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Ministério da Educação, o não contingenciamento do Orçamento do Ministério da Educação 2015 visando viabilizar a qualificação do Ensino Básico como obra de construção nacional “*Pátria Educadora*” e Plano Nacional de Educação (PNE).

Na Mensagem da Presidente Dilma 2015, seu principal compromisso de Campanha foi reiterado: *“Nossa grande prioridade neste novo mandato será fazer do Brasil uma Pátria Educadora. Perseguiremos obsessivamente o objetivo de universalizar o acesso a um ensino de qualidade em todos os níveis, democratizando o acesso ao conhecimento. Sabemos perfeitamente que só a educação de qualidade para todos, em todos os níveis, mudará, em definitivo, o patamar econômico, social e tecnológico do Brasil.”*

Neste sentido, em Audiência Pública, nesta Comissão de Educação, no dia 29 de abril de 2015, o Senhor Roberto Mangabeira Unger, Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, apresentou a proposta preliminar do Projeto Pátria Educadora.

Em sua exposição, o ministro desenhou um diagnóstico da educação no País em uma série de ações articuladas sobre quatro eixos: organização da cooperação federativa na educação; reorientação do currículo e da maneira de ensinar e de aprender; qualificação de diretores e de professores; e aproveitamento de novas tecnologias.

Entre as iniciativas propostas para qualificar a educação básica: intensificação da colaboração entre Estados, municípios e União; apoio a escolas e redes com problemas; consolidação do currículo nacional; criação de uma carreira federal docente; e bolsa para formação docente nos moldes do ProUni.

Frente à priorização da educação no País pela Presidente Dilma, pela proposta apresentada à Câmara Federal pela sua relevância e urgência faz-se necessário garantir o seu financiamento, através do não contingenciamento do orçamento da educação em 2015.

Ainda, dois dos principais projetos discutidos e votados neste Parlamento no mandato anterior da Presidente Dilma carecem de financiamento. Estamos falando do Plano Nacional de Educação (PNE) e do Pronatec.

O PNE aponta novas fontes de financiamento da Educação como a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos.

Acerca do Pronatec, amplamente defendido na Campanha pela Presidente Dilma como porta de saída para a qualificação e requalificação profissional para os jovens, trabalhadores, desempregados e beneficiários dos programas sociais, ainda não foi ofertado à população brasileira neste primeiro semestre de 2015.

Outro programa de grande preocupação trata-se do FIES 2015, em balanço, na data de 04/05/14, realizado pelo ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, aponta que 252.442 novos contratos foram fechados este ano de 2015.

O número de estudantes que tentaram o financiamento pela primeira vez este ano foi de cerca de 500 mil, segundo o MEC. Ou seja, um em cada dois alunos que pleitearam o Fies conseguiu em 2015. Até o ano passado, praticamente todos os pedidos eram atendidos. Em relação aos 1,9 milhão de contratos existentes, só faltam 148.757 para serem aditados, segundo o Ministério.

Sem financiamento não há como avançar nas prioridades da educação básica e superior no País. Caberá ao Ministério da Educação a garantia de que o orçamento da educação no País não sofrerá contingenciamento.

Solicitamos aos Nobres Pares apoio na aprovação desta Moção de Apoio ao não contingenciamento do orçamento da educação em 2015.

Sala das Comissões, em 06 de maio de 2015.

Deputado Lobbe Neto
PSDB/SP